



Índice

- 01 Índios podem ser indenizados por demissão de professores
- 02 Porto Alegre: Índios mostram sua cultura no Acampamento Farroupilha
- 03 História dos índios no Vale impressiona visitantes
- 04 Ver TV questiona o pouco espaço de negros e indígenas na televisão
- 05 Plenarinhos da Romaria da Terra e das Águas homenageiam lideranças populares
- 06 Justiça manda prefeitura de Jacareacanga recontratar professores indígenas
Munduruku
- 07 Madeiros ameaçam índios na Amazônia
- 08 Exército não impede assassinato dentro do Território Tupinambá
- 09 Tribo indígena receberá oficinas de saúde
- 10 JUÍNA - ADOLESCENTE INDÍGENA É APREENDIDO PELA PM, APÓS FURTAR 03
SKATES EM LOJA
- 11 Unidade 2 da UFGD tem feira de produtos orgânicos
- 12 Índios Tenharim sob ameaça em Humaitá
- 13 Conselho vai promover o agosto negro
- 14 Encontros de povos tradicionais estão com inscrições abertas
- 15 Índios Cinta Larga reivindica melhoria nas estradas das aldeias



- 16** Reunião debate benefícios para assentamentos
- 17** Índios são suspeitos de furtar e abater gado em Paranhos
- 18** Demarcação do quilombo do Morro Alto é debatida em Osório
- 19** Sesa e Sema realizarão atividades com indígenas
- 20** Vivência entre índios e não-índios inspira obra sobre protagonismo ameríndio
- 21** Depois de susto, índios Ashaninka fazem contato com tribo desconhecida no Acre
- 22** Encontro discute políticas públicas para Povos e Comunidades Tradicionais
- 23** CONTATO: Índios isolados fazem contato por conta de extração ilegal de madeira
- 24** Câmara Federal aprova projeto que torna lei o programa Cultura Viva
- 25** Plano Nacional da Presidência da República regulamentará acesso de agricultores a recursos genéticos conservados pela Embrapa
- 26** Indígenas de MS levam dança e música para a Copa do Mundo
- 27** Justiça Federal de Imperatriz homologa acordo entre MPF, o Estado do Maranhão e a Suzano e garante a preservação dos interesses das populações tradicionais do Sudoeste maranhense
- 28** Indígenas de Torres recebem doações de roupas e cobertores
- 29** Projeto sobre mineração em área indígena se arrasta há quase duas décadas
- 30** Defensoria Pública vai regularizar casamento indígena
- 31** OAB defende respeito à demarcação de terras indígenas no Brasil



Boletim de Notícias - Edição nº 113/2014

Brasília, 2 de julho de 2014.

Índios podem ser indenizados por demissão de professores

SÍTIO PORTAL EBC, 01.07.2014

A prefeitura de Jacareacanga, no sudoeste do Pará, pode ser condenada a pagar R\$ 10 milhões a índios da etnia Munduruku. O pedido de indenização foi feito pelo Ministério Público Federal no Estado para reparar o povo pela demissão de professores indígenas.

Na ação, ajuizada na Justiça Federal de Itaituba, o órgão pede que o valor seja revertido em políticas educacionais. O MPF moveu a ação porque a prefeitura não atendeu a recomendação para recontratar imediatamente 70 professores indígenas demitidos ilegalmente.



Boletim de Notícias - Edição nº 113/2014

Brasília, 2 de julho de 2014.

Porto Alegre: Índios mostram sua cultura no Acampamento Farroupilha

SÍTIO SUA CIDADE, 01.07.2014

Três famílias de índios caingangues estão mostrando um pouco da sua cultura no Acampamento Farroupilha Extraordinário da Copa.

Acampados no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho desde o dia 12 de junho, os índios estão expondo ao lado da barraca onde dormem e fazem suas refeições, peças de artesanato por eles confeccionadas.

São arcos e flexas, cestos, chapéus, colares e pequenas miniaturas de animais feitos em palha, taquara ou madeira macia que podem ser adquiridos pelos visitantes.



História dos índios no Vale impressiona visitantes

SÍTIO ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ, 01.07.2014

O público que visita o Museu da Família Colonial fica fascinado pelas fotografias, reportagens e documentários da Exposição Índios, Bugres, Nativos... Um passado presente. A mostra desvenda a história desse povo no Vale do Itajaí em um ambiente especialmente decorado com inspiração na Mata Atlântica. A mostra pode ser visitada até março de 2015. Grupos interessados no tema podem agendar visitas pelo telefone (47) 3381-7516.

A exposição dividida em núcleos retrata a cultura, o contato com homem branco e sua relação com a sociedade hoje. A mostra organizada pela Fundação Cultural de Blumenau apresenta objetos etnográficos indígenas como mantas, lanças, arco e flechas, imagens que revelam a convivência indígena a partir do contato com o homem branco. "Parabéns. Ótima exposição! Excelente aproveitamento de materiais para suportes expositivos. Linda apresentação", comenta Carla Souza após cumprir o roteiro cultural.

Os turistas que visitam o museu também ficam impressionados com a qualidade da montagem. "A exposição muito boa, superinteressante, adorei!", exclama Danisiele Baú, que veio de Erechim (RS). "Muito Lindo", resume Fernanda Pirog, de Barra Velha (SC).

Terra demarcada

Hoje, a Terra Indígena (TI) Laklãnõ fica ao longo do Rio Hercílio e Plate, formando a bacia do Rio Itajaí-Açu. Criada no governo de Adolfo Konder em 1926, denominada Posto Indígena Duque de Caxias, foi demarcada oficialmente em 1965 recebendo o nome de Ibirama. Com base nos dados fornecidos pela Funasa de José Boiteux, as terras indígenas são formadas por oito aldeias: Sede, Pavão, Figueira, Palmeira, Toldo, Bugio, Coqueiro e Barragem. Para cada aldeia existe um cacique responsável e um cacique geral que representa os Laklãnõ/Xokleng fora da TI.

Secretaria municipal de Comunicação Social de Blumenau.



Ver TV questiona o pouco espaço de negros e indígenas na televisão

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.07.2014

A ausência ou representação estereotipada pelas mídias de ambos grupos não parece ser novidade, apesar de ser um assunto pouco discutido. A imagem do negro retratada na mídia ainda se apoia em três “Ls”: lúgubre, lúdico e luxurioso, segundo o professor da Universidade Federal da Bahia, Fernando Conceição. Lúgubre, segundo Conceição, refere-se às imagens da abordagem policial retratadas pela mídia; “lúdico”, ao estereótipo do negro alegre, retratado nas festas nacionais, como o carnaval; luxurioso relaciona-se à estereotipia do(a) negro(a) sensual.

Já coletivos indígenas de produção audiovisual, organizadores de apoio à produção indígena, professores e estudantes universitários lançaram, recentemente, um manifesto com o intuito de por fim à invisibilidade da cultura indígena. Uma das reivindicações desse manifesto, chamado Carta de Diamantina, foi a criação de janelas de visibilidade para a produção audiovisual indígena, como é o caso do extinto programa A’Uwe da TV Cultura.

Para debater a presença do negro, o Ver TV convidou Dennis Oliveira, professor de pós-graduação da Escola de Comunicações e Artes e da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Joyce Ribeiro, jornalista e âncora de jornal do SBT; e a editora e apresentadora do programa televisivo Negros em Foco, a jornalista Rejane Romano.

Também estiveram presentes para questionar a presença indígena a antropóloga e jornalista Tatiane Klein; a pedagoga Dora Pankararu, líder do povo Pankararu em São Paulo; e a jornalista e cineasta Laine Milan, que dirigiu a série A’Uwe, apresentada pelo ator Marcos Palmeira, que era exibida pela TV Cultura e pela TV Brasil.

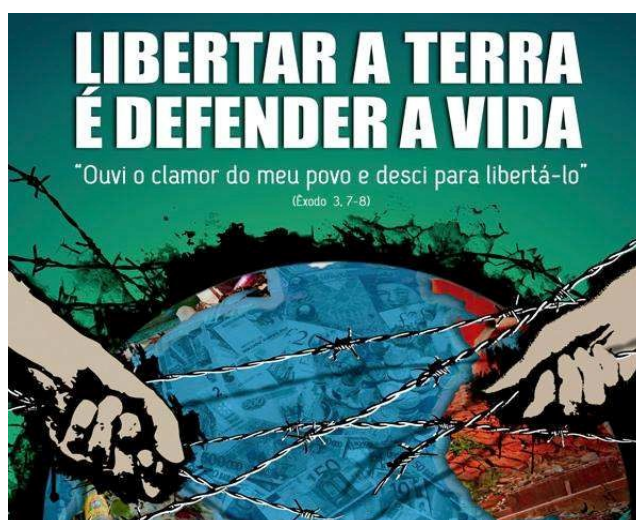
[Vídeo](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 113/2014

Brasília, 2 de julho de 2014.

Plenarinhos da Romaria da Terra e das Águas homenageiam lideranças populares
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.07.2014



CPT/BA

Nesta sexta, 04 de julho, será aberta a 37ª Romaria da Terra e das Águas, encontro que segue até o dia 6, em Bom Jesus da Lapa-BA, e tem como tema: Libertar a terra é defender a vida, reunindo romeiros e romeiras de todo o Estado.

Como já é tradição, a Romaria realiza os plenarinhos refletindo temas que fazem parte do cotidiano das lutas das diversas comunidades acompanhadas pela CPT. Questões que envolvem a luta pela terra e território; a exploração e abandono de crianças; alternativas para a juventude do campo e da cidade; a degradação das bacias hidrográficas e ainda a fé encarnada na vida do povo, com ações transformadoras concretas integram a programação do encontro.

Para além da reflexão, troca e aprofundamento das lutas comuns, os plenarinhos também homenageiam pessoas que dedicaram suas vidas ao serviço da justiça. São os inspiradores desses espaços nessa edição da Romaria, Francina da Conceição, Elson Borges, Ney, Felipe Vieira e professora Cremilda.

Elson Borges, da Comunidade de Barra do Parateca, do Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia (CETA), que com coragem, paixão e determinação contribuiu com o processo de organização e reivindicação das comunidades

CONT.



ribeirinhas e quilombolas e dos movimentos de luta pela terra no Oeste da Bahia. Elson faleceu em julho de 2013, deixando uma valiosa e amadurecida história de liderança popular.

Francina da Conceição Nogueira, a tia França, também será homenageada nesta Romaria. Sua caminhada foi um exemplo de fé vivida na simplicidade e na doação aos empobrecidos. Após uma luta árdua para conseguir estudar, trabalhou como funcionária pública exercendo um cargo no INCRA, atuou como professora em Iuiu.

Elegeram-se vereadora por dois mandatos no Município de Malhada abrindo cominhos para as mulheres na política e, além disso, exercendo exemplarmente sua cidadania através da Política ligada à Fé e à Vida. Juntamente com um grupo de pessoas, em especial o saudoso padre. Aldo criou a ABEPRI – Associação Beneficente e Promocional de Iuiu, entidade que mantinha a Escola Família Agrícola de Iuiu, proporcionando formação técnica a muitos filhos de agricultores.

Lutou pela implantação da Faculdade Itinerante em Iuiu, através de uma parceria com a UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, possibilitando assim a realização de vários cursos para a Comunidade Iuiuense principalmente na área da Educação, possibilitando aos professores de Iuiu o acesso a cursos de nível superior.

Sempre dedicada à Paróquia Santa Luzia e Iuiu, atuou como catequista, animadora, ministra extraordinária da comunhão eucarística. Juntamente com as Irmãzinhas da Imaculada Conceição, criou o PROMAPA – Projeto Madre Paulina que dedicava ao trabalho de acolhimento a crianças carentes proporcionando-as, vida digna e o direito de ser cidadão.

Leiga Consagrada através do Instituto Secular São Rafael, vivia no silêncio e na simplicidade o seu carisma e a sua fé, expressa no serviço e dação aos empobrecidos. Fez graduação em História na UNEB de Caetité. Atuou como Agente da CPT por mais de cinco anos, sempre lutando pela justiça, igualdade, dignidade dos menos favorecidos.

Em 2012 foi convidada a passar alguns meses na Itália para conhecer melhor o Instituto São Rafael. Lá descobriu que ela estava com câncer de mama. Voltou ao Brasil para fazer o tratamento. Durante 15 meses lutou com muita fé e perseverança sem reclamar um minuto sequer. No dia 11 de junho de 2013 fez a sua Páscoa. Deixou-nos fisicamente, mas continua viva e presente na memória de todos e todas que a conheceu.



Justiça manda prefeitura de Jacareacanga recontratar professores indígenas Munduruku

SÍTIO PRPA, 01.07.2014

Atendendo a pedido do MPF, o município terá que assegurar o número de 70 educadores para atender as escolas da terra indígena

Após meses de impasse, a Justiça Federal ordenou hoje que a prefeitura de Jacareacanga, sudoeste do Pará, reestabeleça a quantidade necessária de professores nas escolas indígenas do povo Munduruku. No início de 2014, sem aviso, a prefeitura demitiu 70 professores indígenas sob alegação que eles não tinham formação adequada para atuar.

Desde então, as escolas estão com sérias dificuldades de funcionamento. "É evidente que suspender ou inviabilizar o acesso à educação não é solução. Alguma educação é sempre melhor do que nenhuma educação", diz a decisão do juiz Rafael Leite Paulo, da subseção judiciária de Itaituba.

A decisão atende a pedido do Ministério Público Federal. A maioria dos professores demitidos atuavam nas escolas indígenas há anos, já tendo acumulado experiências bem sucedidas e conhecimento sobre o ensino e aprendizagem dentro do processo educacional diferenciado, assim como desenvolvido metodologias de trabalho específicas nas comunidades. Depois das demissões, a prefeitura contratou 35 estudantes do ensino médio sem experiência de magistério para substituí-los.

"Essa simples constatação já deixa clara a existência de fundamentos para a concessão da tutela requerida uma vez que o fato narrado, qual seja, redução do corpo de professores que atende uma determinada comunidade em 50%, já é indicativo de existência de uma grave ofensa ao acesso à educação", diz a decisão judicial. "É inquestionável o prejuízo à continuidade e a qualidade do ensino indígena realizado, uma vez que o mesmo serviço, passou a ser desempenhado por um número insuficiente de professores, o que gera sobrecarga de trabalho e consequente diminuição na qualidade de ensino", completa.

A prefeitura tem prazo de cinco dias úteis para fazer as contratações, que começam a contar assim que for notificada oficialmente da decisão. Em caso de descumprimento, foi imposta multa diária de R\$ 10 mil para o município.

Entenda o caso - Ao descontinuar os contratos dos professores, que trabalhavam há pelo menos 7 anos na educação escolar Munduruku, a prefeitura desobedeceu legislação internacional e nacional, descumprindo os objetivos da educação escolar indígena. De acordo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 113/2014

Brasília, 2 de julho de 2014.

com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e com a Constituição Federal brasileira, às crianças indígenas é assegurado o ensino em sua língua materna, além dos processos próprios de aprendizagem.

Desde 1999, a resolução 3 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, assegura a organização da educação escolar indígena em territórios etnoeducacionais, considerando a participação da comunidade nas suas formas de produção de conhecimento. A mesma resolução determina que a atividade docente nas escolas indígenas deve ser exercida prioritariamente por professores da própria etnia.

Três normativos jurídicos – a resolução já citada, o decreto 6.861/2009 e o parecer 14 do Conselho Nacional de Educação – garantem ainda a esses professores indígenas que eles tenham direito à formação em serviço, ou seja, podem continuar ministrando aulas enquanto fazem cursos de formação. No caso dos professores Munduruku, a formação está ocorrendo no Curso de Magistério Intercultural, no Projeto Ibaorebu de Formação Integral do Povo Munduruku.

O Projeto Ibaorebu é coordenado pela Fundação Nacional do Índio e ainda não foi concluído por responsabilidade exclusiva de problemas da própria organização do curso. Para o MPF, enquanto o Ibaorebu não for concluído, os professores indígenas que já tem experiência devem continuar trabalhando com as crianças Munduruku.

Processo nº 1541-28.2014.4.01.3908

[Íntegra da ação](#)

[Íntegra da liminar](#)

[Acompanhamento processual](#)

Ministério Público Federal no Pará

Assessoria de Comunicação

(91) 3299-0148 / 3299-0177 / 8403-9943 / 8402-2708

ascom@prpa.mpf.gov.br

<http://www.prpa.mpf.mp.br/>

http://twitter.com/MPF_PA

Madeireiros ameaçam índios na Amazônia

SÍTIO ENVOLVERDE, 01.07.2014



Extração de madeira no Pará. Foto: © Greenpeace/Marizilda Cruppe

Os Ka'por, da Terra Indígena Alto Turiaçu, no Maranhão, denunciam a agressão e a invasão de seu território por madeireiros e alertam para um conflito iminente entre eles. A situação se agravou na semana passada, depois que um grupo de cerca de 90 indígenas realizou uma operação de monitoramento na floresta e apreendeu armas, motosserras, motocicletas, caminhões e tratores.

Desde o ano passado, os Ka'por têm realizado de forma autônoma atividades de monitoramento territorial e ambiental de sua área. Porém, essas ações estão resultando em represálias, ameaças e perseguições por parte dos madeireiros.

"Em função dessa mobilização do povo de garantir o mínimo de controle do seu território, tem havido um processo de retaliação por parte dos madeireiros e políticos da região que querem continuar no território", disse Cléber Buzatto, secretário-executivo do Cimi (Conselho Indigenista Missionário).

Cléber explica que foram feitas denúncias frequentes para que os órgãos competentes tomem iniciativas que coloquem um fim nesse problema. Porém, segundo ele, ações esporádicas e pontuais não resolvem a questão. "Os órgãos fazem a operação e vão embora. Quando eles saem, os agressores retornam com mais violência", disse ele.

CONT.



Atualmente, os indígenas afirmam que têm controle apenas sobre 70% de seu território, enquanto os outros 30% seguem invadidos pelos madeireiros. Várias lideranças estão perseguidas e não podem sair de suas aldeias. Uma determinação judicial que vence no fim do mês afirma que a Funai deveria criar postos de fiscalização e vigilância com a anuência e participação dos indígenas, porém, nada foi feito ainda.

Essa semana, índios Assurinis também denunciaram à Funai a extração ilegal de madeira em sua aldeia próxima a Tucuruí, no Pará. Troncos de madeira de lei abandonados na estrada foram encontrados. A representação da Funai na região protocolou a denúncia no Ministério Público Federal e aguarda um posicionamento do órgão.

“Além da impunidade, o que alimenta invasões como essas é a certeza de que a madeira roubada pode ser lavada muito facilmente e vendida livremente no mercado. Como o Greenpeace tem denunciado, a indústria madeireira está fora de controle e papéis oficiais são utilizados para acobertar crimes como estes. Além de destruir a floresta, a extração predatória e ilegal de madeira ainda pode contribuir para graves conflitos sociais como os citados acima” disse Marina Lacôrte, da campanha da Amazônia do Greenpeace.

Os Ka'por afirmam que a maioria das licenças ou planos de manejo concedidos aos madeireiros são falsos, já que, na região, somente as terras indígenas possuem florestas. De fato, uma das principais fraudes apontadas pelo Greenpeace é a aprovação de planos de manejo em áreas que já foram desmatadas. O objetivo é utilizar os créditos gerados para esses planos de manejo para lavar madeira retirada de áreas protegidas, como unidades de conservação e terras indígenas.

Crimes ambientais ajudam a financiar conflitos, afirma ONU

Um estudo da ONU divulgado na semana passada mostrou que o crime ambiental global movimenta cerca de 213 bilhões de dólares por ano e, além de ajudar a financiar conflitos armados, prejudica o crescimento econômico.

O relatório, divulgado durante uma reunião da ONU com ministros de Meio Ambiente em Nairóbi, pediu ações mais severas para prevenir crimes e atividades ilegais de desmatamento, pesca, mineração, despejo de lixo tóxico e comércio de animais e plantas raros.

De acordo o estudo, a retirada ilegal de madeira pode chegar a 30% do mercado global. Em alguns países, até 90% da madeira produzida tem origem suspeita. No Brasil, por exemplo, só no estado do Pará, segundo dados do Imazon, entre agosto de 2011 e julho de 2012, 78% das áreas com atividades madeireiras não tinham autorização de exploração.

* Publicado originalmente no site Greenpeace.
(Greenpeace)



Exército não impede assassinato dentro do Território Tupinambá
SÍTIO ÍNDIOS ON LINE, 01.07.2014

Comunidade de Santana, Município de Ilhéus Sul da Bahia

Hoje pela manhã chegou a notícia que um Tupinambá foi assassinado ontem à noite, numa Retomada que fica à 40 Km do centro de Ilhéus. As lideranças tentaram entrar em contato com algum indígena de lá, mas os celulares chamados estavam fora da área do sinal, o que dificultou a confirmação do crime.

Por volta das 10h00, algumas lideranças que estavam em Olivença subiram a serra, em busca de notícias. Chegando na casa (dentro da Retomada) de "Antônio Pretinho", 60 anos, as portas estavam abertas e seu cachorro estava assustado na frente da casa, as lideranças deram a volta pelos fundos e encontraram o corpo do Tupinambá, alvejado de tiros. Acredita-se que tiros na cabeça foram os que tiraram a vida do Guerreiro Tupinambá, atingido a queima roupa, sem chances de se defender.

Testemunhas disseram que dias antes ele encontrara com o fazendeiro, chamado José Araújo, conhecido como Araújo. Na conversa o fazendeiro disse que o juiz havia autorizado que o mesmo entrasse na retomada para colher o cacau maduro e que iria mandar alguns homens para fazer o serviço. Acontece que o mesmo faltara na última audiência e não é verdade que o juiz dera a tal autorização. Como sempre, o fazendeiro usa de falsa informação para oprimir indígenas.

O Exército ainda está na região, mas "está coagindo apenas os indígenas", reclama uma das lideranças. "Chegam nas nossas comunidades com armas pesadas, dão ordem para parar e revistam tudo, até nossas compras são jogadas pelo chão", continua a liderança indignada. São vários os relatos de arbitrariedades dos soldados da Força Nacional e do Exército contra a população indígena, mas nada fazem para impedir a pistolagem promovida pelos "coronéis" de Ilhéus.

O Exército não está impedindo os assassinatos dos Tupinambá. Os ataques nas comunidades retomadas acontecem rotineiramente e a cada dia mais pistoleiros são recrutados.

Enquanto não sair a demarcação do Território os assassinatos continuarão, a cada dia sem assinar a homologação do território Tupinambá, aumenta o sangue nas mãos de Dilma.

Esta matéria foi publicada originalmente na Rede Índios on Line - www.indiosonline.net

Tribo indígena receberá oficinas de saúde
SÍTIO O INFORMATIVO DO VALE, 01.07.2014

Equipe ambiental realizará mutirão de limpeza, distribuição de sacolas de pano e oficinas



Crédito da foto: Frederico Sehn / Arquivo

Lajeado - As secretarias municipais da Saúde (Sesa) e do Meio Ambiente (Sema) realizarão, nesta quarta-feira (2), atividades com a tribo indígena localizada na RS-130 entre os municípios de Lajeado e Cruzeiro do Sul.

Na ocasião, a equipe de Educação Ambiental da Sema realizará mutirão de limpeza, distribuição de sacolas de pano, oficinas e orientações com objetivo de promover a conscientização ambiental.

A Sesa, através da equipe da unidade de saúde do bairro Jardim do Cedro oferecerá vacinas e também promoverá oficinas sobre saúde. A atividade será desenvolvida com índios de todas as idades e ocorrerá somente em caso de bom tempo.

Crédito da notícia: Assessoria de Imprensa de Lajeado



JUÍNA - ADOLESCENTE INDÍGENA É APREENDIDO PELA PM, APÓS FURTAR 03 SKATES EM LOJA

SÍTIO BAND FM JUÍNA 95.9, 01.07.2014

Policiais militares fizeram na madrugada dessa segunda-feira (30.06) a apreensão de um adolescente indígena de 17 anos, após ele quebrar o vidro de uma loja, na Avenida 09 de Maio, e furtar 03 skates no interior do estabelecimento.

Populares que passavam pelo local, acionaram a guarnição da PM que identificou o menor, fazendo a sua apreensão.

Bastante exaltado e sob efeito de drogas, o adolescente a todo o momento proferia palavras de baixo calão contra os Pm's, que acionaram o Conselho Tutelar para acompanhar o caso.

Conforme o boletim de ocorrência o menor dizia que era índio e que nada poderia acontecer com ele, ainda o documento afirma que o adolescente teria dito que "trocaria tiros com os policiais".

O menor foi reconhecido por testemunhas, sendo encaminhado para a Delegacia de Polícia Civil.

Unidade 2 da UFGD tem feira de produtos orgânicos

SÍTIO O PROGRESSO, 01.07.2014



Três vezes por semana, produtores das comunidades quilombolas da Picadinha (distrito de Itahum) vão comercializar hortaliças e frutas orgânicas na Unidade 2 da UFGD. (Foto: Divulgação)

Três vezes por semana, produtores das comunidades quilombolas da Picadinha (distrito de Itahum) vão comercializar hortaliças e frutas orgânicas na Unidade 2 da UFGD. A feira será organizada toda segunda, quarta e sexta-feira, a partir das 9h, próximo ao estacionamento que fica em frente aos prédios das faculdades de Ciências Biológicas e Ambientais e de Educação (FCBA e FAED).

A feira foi iniciada na terça-feira (24), e teve boa repercussão com a comunidade acadêmica. Os produtores levaram pepino, mexerica, limão, couve, alface, rúcula, e lima para comercializar. Tudo foi vendido. O bom resultado das vendas animou os produtores, conforme relata o professor Euclides Oliveira, da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA).

“Estamos iniciando timidamente, mas uma horta maior está sendo montada, para ter maior variedade de produtos. A feira deve proporcionar um ganho semanal para as famílias envolvidas na produção e o escoamento de um produto que, muitas vezes, estava sobrando na comunidade”, analisa o professor Euclides, que orienta a produção orgânica nas comunidades quilombolas.

Na feira, são comercializados apenas produtos orgânicos e ovos caipiras. Docentes e pesquisadores que queiram colaborar com o projeto da feira, introduzindo outros grupos de produtores ou ainda oferecendo algum tipo de consultoria em relação aos preços e formas de comercializar o material podem entrar em contato pelo email euclidesoliveira@ufgd.edu.br.



Índios Tenharim sob ameaça em Humaitá
SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 01.07.2014

RENAN ALBUQUERQUE

Humaitá é um município do Estado do Amazonas localizado a sudoeste da capital Manaus. O território, mais recentemente, foi formado por migrantes sulistas e caboclos. Os índios que compõem o conjunto populacional já lá estavam desde tempos datados de 5 a 8 mil anos atrás.

Atualmente, ao todo, existem cerca de 45 mil almas torrando sob o calor dessa cidade média do bioma caracterizada por queimadas, desmatamento, pecuária, comércio irregular de terras sem registro de cadeia dominial e tristes festivais de vaquejada. Além desse posicionamento clássico e questionável acerca de modos de vida na Amazônia, outra coisa que caracteriza a cidade, hoje, é a aversão a indígenas. Uma aversão clara e instrumentalizada, constituída a partir de discursos e armas de grileiros, posseiros, megaempresários inescrupulosos e demais tipos de espíritos preconceituosos que lucram com a tragédia do outro – sobretudo se esse outro tiver identidade pré-colombiana na América.

Durante trânsito no entorno da rodovia Transamazônica e na sede de Humaitá na semana que passou e um pouco antes, foram tomados registros de falas de pesquisadores locais e moradores da região a respeito da sociocultura do município, que hoje se configura como espaço controverso de fronteiras étnicas. Contataram-se pessoas comuns localizadas em bares, restaurantes, posto de gasolina e ainda dois pesquisadores, um filósofo e outro antropólogo, que ajudaram com informações socioculturais do lugar.

A tentativa foi perceber em que medida poderiam se situar algumas das angulações daquelas pessoas, tradicionais e não tradicionais, acerca da indianidade das pessoas do lugar. A pretensão foi comparar o contexto social de humaitaenses, territorializados no Arco do Desmatamento, ante a representação social do índio segundo residentes do Baixo Amazonas, onde há cinco anos tem sido investigadas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (Nepam) – o qual lidero na Universidade Federal do Amazonas, com registro no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – concepções referentes às etnias Sateré-Mawé e Hixkariana.

Note-se que o Baixo Amazonas é também uma área de fronteira, situada no extremo leste do Estado, fazendo divisa com o Pará, e possui particularidades e singularidades incidentes, para bens e males, assim como se dá em Humaitá. Por essa questão de fronteira, simplesmente, é possível crer que o comparativo foi interessante em sentidos diversos. De igual modo, foi singular o trabalho, ou pelo menos assim se almejou na estada em campo, porque o município

CONT.



foi tomado enquanto cenário de dinâmicas em que crenças, atitudes, valores e ideologias estão sendo moldadas em função de variantes situacionais.

Na tentativa de abarcar um ponto de análise, assumiu-se como objetivo ponderar sobre a questão indígena recentemente pulsante do município, com especificidade para o conflito entre agrocomerciantes e Tenharim. Nesse intuito, pode-se perceber o porquê dos índios, a rigor, serem raridade enquanto composição populacional na sede do município.

A presença deles não se faz notada por conta de fatores relacionados a: i) preconceito étnico, ii) sugestão de criminalidade, iii) presunção negativa ante direitos legais e iv) indução à inferioridade da pessoa indígena. Atos decorrentes de uma naturalização do ódio contra os tradicionais parecem corriqueiros e grande parte dos humaitaenses comunga do senso comum anti-indígena, agindo de maneira associada, segundo levantamento de pesquisadores experientes na temática e avaliadores com mais tempo de estudo sobre os Tenharim.

Foi perturbador notar que hoje, infelizmente, funda-se em Humaitá uma unanimidade racista que produz atos violentos e grotescos, assim como era a juventude fascista da Itália em plena pré-Segunda Grande Guerra: uma juventude que lia ao mesmo tempo o Evangelho de São Mateus e Mein Kampf de manhã e assassinava sociais-democratas e comunistas à tarde.

Em Humaitá, a tentativa foi observar em que medida ações segregacionistas anti-indígenas tendem a se efetivar como mecanismos de defesa dos quais a população branca e mesmo caboclos cooptados se utilizam para desestabilizar psíquica e fisicamente os Tenharim. Tentou-se entender que se trata de um misto de perseguição étnica associada a estados de aversão pessoal e coletiva. Ser contra os índios, por exemplo, é ser defensor do trabalho, da pátria e dos bons costumes (seja lá o que a elite branca humaitaense entenda como bons costumes).

É importante destacar que se tratam de atos de perversão contra a pessoa indígena, de viés manifestos e brutais. São atividades de enfrentamento contra uma das populações étnicas mais violentadas da história do Sul do Amazonas. Sobre o sentimento oposicionista, constatou-se que não são latentes ou veladas as ações: elas são disseminadas contra os índios em Humaitá de modo aberto e sem pudor. Aliás, pudor é o que menos a direita elitista se importa em ter no âmbito de seu plano de poder na Amazônia. São assassinatos, espoliações, desregramentos e processos criminais já registrados contra os Tenharim de Humaitá. Um caos.

É crível supor que se não fosse a atuação do Ministério Público na cidade, com auxílio de intelectuais e indigenistas que concorreram para dispor de elementos do Direito e barraram a pretensão de megaempresários, muito mais assassinatos contra índios poderiam ter sido registrados. Sobretudo em razão de ações controversas registradas, tais como a ocorrida no primeiro bimestre deste ano, quando foi formada assembleia dentro do auditório central do campus da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) após a detenção dos Tenharim suspeitos do assassinato de três não-indígenas que residiam em Humaitá. Nessa assembleia, dentre demais questões tratadas, cogitou-se a ocupação da terra indígena Tenharim – o que seria uma violência à autodeterminação dos tradicionais. A entrada em área tradicional poderia ter se dado em oposição à soberania dos índios dentro da TI, fomentando mais conflitos na região.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 113/2014

Brasília, 2 de julho de 2014.

Em suma, ser índio, hoje, no Sul do Amazonas, é mover-se sob a insígnia do medo. Na sede de Humaitá, uma das cidades mais esbranquecidas que já visitei na Amazônia, a situação é tensa. Foi uma experiência breve, porém muito diferente ao que já tinha presenciado em estudos no entorno da terra Waimiri-Atroari, ao norte de Manaus, e com os Atingidos pela Barragem de Balbina/Presidente Figueiredo. E diferente porque a situação é pior, verdadeiramente pior.

Renan Albuquerque é professor e pesquisador do colegiado de jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e desenvolve estudos relacionados a conflitos e impactos socioambientais entre índios waimiri-atroari, sateré-mawé, hixkaryana, junto a atingidos pela barragem de Balbina e com assentados da reforma agrária.

Conselho vai promover o agosto negro

SÍTIO TRIBUNA FEIRENSE, 01.07.2014



O mês de agosto também será de comemorações para o movimento negro no Município de Feira de Santana. O que antes era só comemorado no mês de novembro se transformou em mais uma data: o Agosto Negro. Serão diversas palestras em equipamentos públicos sobre o tema saúde.

Estarão envolvidos no mês de comemoração, que é promovido pelo Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento das Comunidades Negras e Indígenas – COMDECNI, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), as escolas da rede pública municipal e estadual e os Postos de Saúde da Família (PSFs).

As palestras começam a partir do dia 1º e seguirão até o dia 30, cada dia em uma comunidade. Dois eixos serão abordados como tema. A saúde da população negra e a saúde das comunidades tradicionais, mais conhecidas como Quilombolas. Esta última, a cidade possui duas, os distritos de São José e Matinha.

O mês de comemoração foi aprovado na Conferência Nacional de Igualdade Social, fortalecendo a promoção da igualdade racial. O mês de novembro também haverá programação, como é realizada todos os anos em ações do conselho em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.



Encontros de povos tradicionais estão com inscrições abertas

SÍTIO REDE MOBILIZADORES, 01.07.2014

As entidades e instituições que representam povos e comunidades tradicionais da Região Sul e Centro-Oeste têm até o dia 4 de julho para participar da chamada pública que disponibiliza vagas para os Encontros Regionais dos Povos e Comunidades Tradicionais. Os eventos serão realizados de 12 a 15 de agosto, em Cuiabá (MT), e entre 25 e 29 do mesmo mês, em Curitiba (PR).

As inscrições devem ser feitas no site do evento. Conheça aqui todos os critérios de seleção.

Os encontros têm o objetivo de avaliar e aprimorar a adoção da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), com ênfase no acesso aos territórios e regularização fundiária.

A Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), que está promovendo os eventos, reúne representantes da sociedade civil e de governo. Entre os órgãos envolvidos estão o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que preside comissão, e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), responsável pela Secretaria Executiva.

Etnias

São considerados povos e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, fundo e fecho de pasto, povos de terreiro, ciganos, faxinalenses, ribeirinhos, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varjeiros, pantaneiros, geraizeiros, veredeiros, caatingueiros e barranqueiros.

Índios Cinta Larga reivindica melhoria nas estradas das aldeias

SÍTIO BAND FM JUÍNA 95.9, 02.07.2014



Nesta Segunda-feira (30.06) em frente à Câmara de Vereadores de Juína, esteve presente um grupo de índios Cinta Larga fazendo suas reivindicações.

Zinho presidente da "Associação Povos Indígenas Cinta Larga e Iterepuia" falou que precisa de melhorias nas estradas que dão acesso as aldeias do município, pois está na época de colheita da castanha, as estradas nessas condições não podemos retirá-las para a comercialização que é a nossa fonte de renda.

Zinho falou que está buscando parcerias para melhoria e desenvolvimento nas aldeias, pois temos projetos tanto da Petrobrás como da Caixa Econômica Federal para a implantação de moradias nas nossas reservas.

Perguntei a Zinho se as parcerias com município e estado foram negada quando solicitada, o mesmo falou que é uma situação que não opinaria, pois está buscando ser atendido de forma pacífica e que sejam boas para ambas as partes.

Em reunião com os Vereadores abordaram o mesmo assunto chegando a um acordo de uma nova reunião na terça-feira pela manhã precisamente as 08:00 hs da manhã nas dependências da Secretaria de Obras com a presença dos Secretário Renato Tozzo e prefeito Hermes Bergamin.

Na reunião na Secretaria de Obras estiveram presente além dos índios, Adegildo Representante da FUNAI em Juína, Vereadores e Secretário de Obras Renato Tozzo, o Prefeito não pôde estar presente devido ter sido uma reunião de última hora e em horário não compatível com a sua agenda diária, mais se propôs estar à disposição para restauração de todas as estradas e no que for preciso atender todas as etnias do município.

Fonte: Juína Agora / Caninde

Reunião debate benefícios para assentamentos

SÍTIO JORNAL FOLHA REGIONAL, 02.07.2014



São Paulo - O diretor executivo do Itesp, Marco Pilla e o secretário da Cultura, Marcelo Araujo, reuniram-se na última terça-feira (01), na Secretaria da Cultura, para definir políticas públicas na área da cultura em benefício dos assentados e quilombolas. Estão previstas novas parcerias entre os dois órgãos.

O governo de São Paulo, por meio da Secretaria da Cultura e parceria do Itesp, doou 17 kits-cinema para assentamentos da região do Pontal e comunidades quilombolas. O investimento é de R\$ 219 mil.

O kit-cinema tem o objetivo de ampliar, incentivar e oferecer possibilidades de lazer aos produtores rurais, principalmente os mais jovens. O Programa de Incentivo à Criação de Salas de Exibição de Filmes existe desde 2010 e já beneficiou 140 municípios.

Compareceram à reunião o assessor-chefe da Assessoria de Mediação de Conflitos, Marco Antonio Silva, o ouvidor Ivaldo Sobral de Luna, o assessor de gabinete Jamil Scatena e Osterno Souza, ambos da Secretaria da Cultura.



Índios são suspeitos de furtar e abater gado em Paranhos

SÍTIO CONJUNTURA ON-LINE, 02.07.2014

Pelo menos três animais pertencentes a uma propriedade rural teriam sido abatidos, segundo funcionários

A Gazeta News

Índios residentes em uma área ocupada, denominada "Acampamento Ipoí", às margens do Rio Iguatemi, estão sendo apontados como os principais suspeitos de furtarem e abaterem três cabeças de gado de uma propriedade rural situada em Paranhos, na fronteira com o Paraguai.

Segundo a Polícia Civil local, que registrou a ocorrência e investiga o caso, funcionários da propriedade rural teriam dado falta de três novilhas na sexta-feira, dia 27 de junho e em vistoria às margens do Rio Iguatemi, nas proximidades do citado acampamento guarani-kaiowá, teriam localizado restos como buchadas de três animais bovinos, pernis e estilhaços de carcaças.

De acordo com relatos dos funcionários da propriedade rural, o local onde os restos dos animais abatidos foram localizados é de difícil acesso e não tem como chegar por outro meio senão a pé, tendo em vista que as porteiras da fazenda, denominada "Espigão", são traçadas com cadeados.

Segundo relatos da administração da propriedade rural, essa não é a primeira vez que animais da propriedade são abatidos e os abates tiveram início após a chegada de um grupo de indígenas que ocupa uma área de terra às margens da fazenda.

Segundo contam funcionários da fazenda à polícia, os indígenas transitam diuturnamente pelas pastagens da propriedade rural de onde os animais foram abatidos no final de semana.



Demarcação do quilombo do Morro Alto é debatida em Osório
SÍTIO LITORAL EM MOVIMENTO, 02.07.2014

A demarcação do Morro Alto ainda conta com um agravante

A busca de uma solução para o conflito que envolve a demarcação do quilombo do Morro Alto, no Litoral Norte, foi discutida nesta segunda-feira, 30, em audiência pública promovida pela comissão de Agricultura Câmara dos Deputados, em Osório (RS). Atualmente o processo, que abrange Osório, Capão da Canoa e Maquiné, pode desabrigar 950 famílias de pequenos produtores, que representam quase quatro mil moradores.

"O que o governo faz hoje é uma injustiça sem tamanho. Se tivesse real interesse em resolver o caso compraria terras para alocar as comunidades quilombolas sem gerar ônus para os atuais moradores das localidades, que têm escrituras centenárias, e sem criar conflitos, até porque as famílias são todas amigas, convivem juntas há vida toda", apontou o deputado federal Alceu Moreira (PMDB/RS), que propôs o debate. Ele também lamentou a falta da presença de representantes do governo no debate, que segundo ele, falam em busca de acordo, mas embora convidados não comparecem reuniões.

De acordo com o presidente da Comissão Fundiária da Farsul, Paulo Roberto Dias, a luta dos agricultores é a favor dos seus direitos e não contra ninguém. O secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Osório, Edson Souza, ainda frisou a importância da localidade do Morro Alto na produção agrícola, pois fornece hortifrutigranjeiros para o Litoral e região Metropolitana.

Agravante

A demarcação do Morro Alto ainda conta com um agravante, lembrou Maria Selmira Mehlecke, do Comitê dos Atingidos por Desapropriações, já que antropólogos signatários do laudo que determina a demarcação também são fundadores da associação que solicitou o processo. Ou seja, não há nenhuma isenção no processo aceito pelo governo.



Sesa e Sema realizarão atividades com indígenas

SÍTIO REGIÃO DOS VALES, 02.07.2014

As secretarias da Saúde (Sesa) e do Meio Ambiente (Sema) realizarão, nesta quarta-feira, dia 2, atividades com a tribo indígena localizada na RS-130 entre os municípios de Lajeado e Cruzeiro do Sul.

Na ocasião a equipe de Educação Ambiental da Sema realizará mutirão de limpeza, distribuição de sacolas de pano, oficinas e orientações com objetivo de promover a conscientização ambiental. A Sesa, através da equipe da unidade de saúde do bairro Jardim do Cedro oferecerá vacinas e também promoverá oficinas sobre saúde.

A atividade será desenvolvida com índios de todas as idades e ocorrerá somente em caso de bom tempo.

Fonte: Ass. de Imprensa da Prefeitura de Lajeado



Vivência entre índios e não-índios inspira obra sobre protagonismo ameríndio
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.07.2014

Livro nasce da troca de saberes e interlocução cultural entre professores universitários e professores indígenas



Arqueologia Indígena: protagonismo ameríndio, interlocução cultural e ciência contemporânea, de Luciano Pereira da Silva

Por Beth Begonha, em Amazônia Brasileira/EBC

O programa Amazônia Brasileira recebe, nessa terça-feira (1º), o professor da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), Luciano Pereira da Silva, que fala aos ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia sobre o seu novo livro, intitulado "Arqueologia Indígena: protagonismo ameríndio, interlocução cultural e ciência contemporânea", escrito a partir da vivência com um grupo de professores indígenas que são, ao mesmo tempo, alunos dos cursos de licenciatura oferecidos pela UNEMAT a 22 etnias.

A experiência, coordenada por Luciano e por professores indígenas, foi realizada em duas etapas e trouxe aos participantes uma troca de conhecimentos entre índios e não-índios, alunos e professores e ainda especialistas em diversas áreas.

Luciano Silva nos conta como essa vivência acabou inspirando a obra e como o ponto de vista indígena foi relatado no trabalho, depois da interação propiciada pela troca interétnica de saberes. Ele nos fala como foram abordados no livro os principais pontos relacionados à cultura indígena, como a arquitetura, a produção de utensílios domésticos, os principais minerais utilizados por indígenas, os objetos utilizados em rituais, entre outros.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 113/2014

Brasília, 2 de julho de 2014.

A obra trata, ainda, de aspectos arqueológicos que fazem parte da história e da cultura dos índios e que recebeu análise de especialistas na área, promovendo uma interação entre a ciência e a vivência.

Depois de susto, índios Ashaninka fazem contato com tribo desconhecida no Acre
SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 02.07.2014



Região do Alto Envira onde vivem os índios Ashaninka
(Foto: Sérgio Vale/Secom)

A Fundação Nacional do Índio informou nesta terça-feira (1º) que um povo indígena desconhecido que vive isolado na floresta amazônica estabeleceu o primeiro contato com índios da etnia Ashaninka e servidores do órgão no Alto Rio Envira, na fronteira do Estado do Acre com o Peru. Na região, que é alvo de invasão de madeireiros e narcotraficantes, foram avistados ao menos três grupos de índios sem contato nos últimos 30 anos pelas equipes da Frente de Proteção aos Índios Isolados da Funai.

Segundo a Funai, o contato do povo indígena isolado aconteceu de forma

pacífica na aldeia Simpatia, que fica na terra indígena Kampa (Ashaninka) e Isolados do Alto Envira, no dia 29 de junho. Mas há 20 dias, os índios desconhecidos assustaram mulheres e crianças Ashaninka quando apareceram nas malocas pegando panelas e facões.

O clima ficou tenso entre índios desconhecidos e os Ashaninka, o que levou o Governo do Acre a realizar uma operação de segurança com apoio do Exército e da Polícia Federal na fronteira.

Em nota divulgada no dia 17 de junho, o Governo do Acre informou que a chamada Operação Simpatia consistia em averiguar as ameaças que a comunidade Ashaninka recebiam de "índios isolados" e classificou os desconhecidos de "saqueadores".

A tentativa de furto foi à casa do indígena Raimundinho Kampa. Segundo ele, os índios (isolados) tentaram levar panelas, roupas e utensílios domésticos, mas foram surpreendidos quando Raimundinho correu e arrancou os itens das mãos dos saqueadores", disse o governo do Acre na nota.

Diante da aproximação dos índios isolados na aldeia Simpatia, o coordenador-geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Funai, Carlos Travassos, viajou para região para acompanhar o trabalho das equipes da Frente de Proteção Etnoambiental Envira e do sertanista José Carlos Meirelles, da Assessoria Indígena do Governo do Estado do Acre. A Funai não divulgou fotografias do encontro dos Ashaninka.

CONT.



Esse é o primeiro contato desde a criação da Frente na década de 80. O que a gente não consegue afirmar com certeza é se esse grupo contatado é o mesmo desses três que nós monitoramos ou se é um outro grupo. O povo apareceu na aldeia Simpatia e houve uma tentativa de diálogo, se estabelecendo o contato. Não foi possível indentificar a língua que eles falam. Estamos enviando linguistas para região”, afirmou Leonardo Lenin, coordenador substituído da Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados, à agência Amazônia Real.

Segundo a Funai, a equipe recebe apoio do Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI, do Alto Rio Juruá/Secretaria Especial de Saúde Indígena para desenvolver o Plano de Contingência para Situações de Contato e evitar que os dois povos indígenas contraem doenças.

Na região do Alto Envira na fronteira com o Peru, os três grupos de índios isolados avistados em 30 anos de pesquisas foram denominados pela Funai como o povo da cabeceira do Riozinho, o povo do Rio Xinane e o povo do Rio Humaitá. Há um quarto grupo isolado no Acre que é denominado de Mashco-Piro. Com o contato na aldeia Simpatia, a fundação tenta qualificar os índios desconhecidos por meio de interpretes para que haja maior conhecimento do grupo e sua língua.

A Funai diz que a Política de Proteção aos Índios Isolados tem como premissa não fazer o contato para respeitar a autodeterminação dos povos. O objetivo é realizar o trabalho de proteção territorial com a presença deles. No entanto, é previsto ações de intervenção – como planos de contingência – quando o grupo indígena isolado procura estabelecer o contato.

Na aldeia Simpatia, onde ocorreu o contato, vivem ao menos 70 índios Ashaninka, sendo a maioria mulheres e crianças. A comunidade está localizada na Terra Indígena Kampa e Isolados do Rio Envira, regularizada pela Funai com 232.795 hectares. Na reserva existem seis aldeias Ashaninka onde moram 420 índios da etnia. Os indígenas Ashaninka pertencem a família lingüística Aruak (ou Arawak).

Proteção aos índios isolados é “desfalcada” de recursos

Leia a entrevista exclusiva com Leonardo Lenin, o coordenador substituído da Coordenação-Geral de Índios Isolados da Funai.

Qual o provável motivo para o povo indígena isolado se aproximar da aldeia Simpatia dos índios Ashaninka?

Essa região do Acre na fronteira com o Peru, conhecida como Paralelo 10, é formada por unidades de conservação como áreas indígenas. O que acontece é que do lado brasileiro a Funai está conseguindo fazer um trabalho de proteção daquela região. Do lado peruano, tem muitos informes sobre abertura de estradas, ocupação por extração de madeira e áreas de uso irregular. O que pode estar havendo é uma intensificação do lado do Brasil, por estar um pouco mais protegida, desses grupos de índios isolados. Isso pressiona esses grupos que já existem

CONT.



do lado brasileiro, inclusive de isolados também. O que a gente tem tentado é que, uma vez que não se trata somente de índios isolados do lado brasileiro, é buscarmos aumentar a interlocução com o governo peruano para discutir essa situação.

Do lado brasileiro, qual é a situação das terras dos índios isolados?

Na região do Acre, fora a do Alto Tarauaca que é de uso exclusivo dos índios isolados, tem as outras áreas que chamamos de uso compartilhado com índios isolados e outros grupos, por exemplo os Ashaninka. Na região do Acre temos uma região para fazer um estudo de reedição de uso para a proteção desses grupos, área que está sendo analisada pela Funai.

São terras indígenas no Acre: o Alto Tarauacá, Ponta Isolada do Rio Envira, Terra Indígena do Riozinho do Alto Envira e Kaxinawá do Rio Humaitá. Essas terras estão com o processo de regularização concluso. Essa região do Riozinho, na divisa com Alto Envira com Alto Tarauacá, é que temos a notícia da presença dos índios isolados na aldeia Simpatia, que é a última aldeia indígena do lado brasileiro.

A Funai relatou que o povo indígena isolado apareceu por volta do dia 10 de junho na aldeia Simpatia. O que aconteceu que assustou os Ashaninka?

Não temos como confirmar quantos índios apaceram na aldeia Simpatia. Com a ajuda do sertanista José Carlos Meirelles, da Assessoria Indígena do Governo do Estado do Acre, que é parceira nossa, a equipe fez um sobrevoo de helicóptero à região. Obviamente não foi avistado o grupo, mas foram coletadas informações na aldeia Simpatia e observado o registro desse grupo. O que acontece é que temos visto que, até por este crescimento populacional, nesse período de estiagem há a saída desses grupos isolados que se dirigem para esses locais onde eles encontram facão, machado, panelas. Eles vão buscar essas ferramentas que, óbvio, eles já incorporaram ao cotidiano deles e, não tem outra forma deles adquirir, a não ser nessas comunidades vizinhas. Essas aquisições, obviamente, deixam as populações dos Ashaninka, dos Kaxinawá bem inseguros.

Para evitar a insegurança dos povos Ashaninka e eventuais conflitos que medidas a Funai vai tomar?

O que a gente tem que fazer dentro da política do não contato é a proteção territorial. Essa proteção territorial se dá com servidores extremamente e minimamente estruturados para realizar o trabalho em campo, seja de garimpeiros, incursão em campo, seja de narcotráfico na região.

Uma outra ação é fazer um trabalho no entorno, que é você ver como esses grupos isolados estão impactando a ocupação territorial desses grupos já estabelecidos como os Ashaninka. Temos um trabalho de avaliar esses impactos para tentar compensar os problemas, mitigar essas relações, mas também muito trabalho de sensibilizar esses grupos para os ajudar na proteção dos índios isolados. A outra coisa na proteção desse índios isolados é a situação de saúde. Esses grupos podem sofrer decréscimo populacional por doenças que eles não

CONT.



adquiriram ainda. Então nessa ação que estamos fazendo agora, tem uma equipe da Sesai acompanhando a equipe da Funai para fazer o diagnóstico do atendimento de saúde, que é muito precário na aldeia Ashaninka. Uma vez que estamos fazendo a ação e o atendimento dos Ashaninka, estamos de alguma forma protegendo os índios isolados.

O governo do Acre tratou os índios isolados como "saqueadores". Como a Funai trata os índios isolados na situação com os Ashaninka?

Temos uma equipe da Funai lá, inclusive, com uma pessoa do Governo do Acre, que é o sertanista Meireles, que foi coordenador da Frente por muito tempo, para qualificar esse grupo. Se esse grupo é um dos três que já monitoramos ou se é outro grupo, ou é um grupo vindo do Peru, é um grupo vulnerável. Eles estão fugindo de uma situação extrema, e a gente não vai colocar eles como uma situação de ilegal. A gente não tem nem a confirmação de quem é esse grupo. Então a gente vai se esforçar para fazer a qualificação para fazer alguma tipo de afirmação.

Essa situação entre índios isolados e Ashaninka é a mais crítica que se tem notícia?

A situação do Acre que já era assim. Toda situação que acompanhamos com os índios isolados é sempre muito vulnerável. Em relação ao Acre a gente tem sempre uma preocupação justamente por ser áreas que têm a presença de outros grupos da região. É esse receio de haver um embate. A situação é crítica porque a gente continua trabalhando sem o aporte necessário para essa atribuição. O servidor precisa ficar muito tempo em campo e com o material suficiente para ter segurança. E temos históricos da Funai de dificuldades tanto com recursos humanos e orçamentários.

Nessa região do rio Envira e rio Xinane tínhamos duas bases de proteção. Hoje nós não conseguimos manter uma frente por causa dessas questões de recursos humanos e orçamentários. A outra base que era na aldeia Simpatia deixou de existir em 2011. Tivemos que abandonar a base em função da presença de traficantes na região peruana.

Então, além da dificuldade da ocupação interna da Funai de recursos humanos e orçamentários, temos outras ações que independem da ação da Funai que é o controle de acesso, que é muito além das atribuições da Funai, estão ligadas aos órgãos de segurança do Estado Brasileiro.

Qual o orçamento da Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatos para 2014?

A previsão para 2014 era de um orçamento de R\$ 2.661.435,00 e tivemos um contingenciamento de R\$ 738 mil, o que está fazendo a gente trabalhar esse ano com um recurso de R\$ 1.863.005,00. A estimativa que tínhamos para trabalhar nas 12 Frentes de Proteção Etnoambiental e 36 equipes desde a reestruturação ao material permanente é de até R\$ 18 milhões, sem incluir os recursos humanos. Seria um recurso para mantermos as bases, fazer as expedições em regiões que ainda não temos a confirmação da presença dos índios isolados. Então você vê o quanto estamos desfalcados nesse atendimento das frentes. Isso revela bem a fragilidade da qualidade do nosso trabalho.

Encontro discute políticas públicas para Povos e Comunidades Tradicionais
SÍTIO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 02.07.2014



Foto: Paulo Cunha/ MDA/PA

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) participa, até a próxima quinta-feira (5), do Encontro Regional Norte de Povos e Comunidades Tradicionais, em Belém (PA). O objetivo do evento é avaliar e aprimorar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo decreto 6.040 de 2007.

Segundo o coordenador-geral para Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Edmilton Cerqueira, o

encontro prevê a discussão de políticas fundamentais para o fortalecimento desse público. "Entre outros assuntos, estamos debatendo o acesso aos territórios e a regularização, a questão da inclusão produtiva, do acesso à documentação e outras políticas públicas que promovem o etnodesenvolvimento", afirma.

O evento é organizado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), presidida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e secretariada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). A expectativa é reunir cerca de 250 pessoas, durante os quatro dias, como sertanejos, seringueiros, fundo e fecho de pasto, extrativistas, faxinalenses, caígaras, entre outros.

O MDA faz parte da comissão e tem apoiado a realização dos encontros. De acordo com Edmilton, a reunião integra a etapa preparatória da Conferência Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. "Esse encontro regional, que abrange toda a região amazônica, é um dos encontros preparatórios para o evento nacional que será realizado em novembro, em Brasília", explica.

Plano Nacional

Edmilton salienta, ainda, que o encontro é uma oportunidade de divulgar o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), no último dia 23.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 113/2014

Brasília, 2 de julho de 2014.

“O MDA vem, nos últimos anos, ampliando, aprimorando e fortalecendo as políticas voltadas para Povos e Comunidades Tradicionais. Na Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2ª CNDRSS), o etnodesenvolvimento entrou como um dos eixos estruturantes e o plano destacou um conjunto de propostas de fortalecimento para Povos e Comunidades Tradicionais”, destaca.

Entre as propostas levantadas por esse público estão ampliação do acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e garantia de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) diferenciada, respeitando a diversidade dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Serviço

Encontro Regional Norte de Povos e Comunidades Tradicionais

Data: 02 a 05 de junho (segunda a quinta-feira)

Horário: 8h às 19h

Local: Hotel Gold Mar – Rua professor Nelson Ribeiro nº 132, Telégrafo, Belém (PA)

Gabriela Bontempo

CONTATO: Índios isolados fazem contato por conta de extração ilegal de madeira
SÍTIO SURVIVAL INTERNATIONAL, 02.07.2014



Índios isolados altamente vulneráveis fizeram contato com uma comunidade indígena assentada, perto de onde esses índios foram fotografados de um sobrevôo em 2010
© Gleison Miranda/FUNAI/Survival

Um grupo de índios isolados altamente vulneráveis na Amazônia brasileira fez contato com uma comunidade indígena assentada, perto da fronteira com o Peru.

A notícia vem poucos dias depois de que a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e Survival International, o movimento global pelos direitos dos povos indígenas, alertaram para o grave risco de um incidente desse tipo, dado o fracasso das autoridades peruanas para parar a exploração ilegal e desenfreada de madeira em seu lado da fronteira.

Recentemente os índios tinham se aproximado cada vez mais da aldeia dos índios Ashaninka que vivem perto do rio Envira.

Terça-feira saiu a notícia da remota região de que no domingo, os índios haviam feito contato com os Ashaninka, que tinham alertado sobre a sua presença durante várias semanas.

Uma equipe especializada da FUNAI está na área para fornecer ajuda para o grupo recém-contatado, e uma equipe médica foi enviada para tratar possíveis epidemias de doenças respiratórias comuns e outras doenças para as quais índios isolados não têm imunidade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 113/2014

Brasília, 2 de julho de 2014.

Nixiwaka Yawanawá, um índio do estado de Acre no Brasil que se juntou à Survival para falar sobre os direitos indígenas, disse: "Eu sou da mesma região desses índios isolados. É muito preocupante que meus parentes estão em risco de desaparecer. Isso mostra a injustiça que enfrentamos hoje. Eles são ainda mais vulneráveis, porque eles não podem se comunicar com as autoridades. Ambos os governos devem agir agora para protegê-los e impedir um desastre contra os meus parentes."

O diretor da Survival, Stephen Corry, disse hoje: "Tanto o Peru como o Brasil garantiram que iam parar a exploração madeireira ilegal e o tráfico de drogas que estão empurrando índios isolados para novas áreas. Eles fracassaram. Os traficantes até ocuparam um posto de guarda do governo destinado a monitorá-los. Os índios isolados agora enfrentam o mesmo risco genocida de doenças e da violência que caracterizou a invasão e ocupação das Américas durante os últimos cinco séculos. Ninguém tem o direito de destruir esses índios."

Notas para editores:

- A Diretora de Pesquisa da Survival, Fiona Watson, especialista mundial em tribos isoladas, está disponível para entrevistas.



Câmara Federal aprova projeto que torna lei o programa Cultura Viva
SÍTIO FOLHA DO MS, 02.07.2014

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (1º) o Projeto de Lei 757/11, da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que torna lei o programa Cultura Viva, criado e regulamentado por meio de portarias do Ministério da Cultura em 2004. O texto institui uma política nacional para o programa. A matéria, aprovada na forma do substitutivo do Senado, será enviada à sanção presidencial.

Para a autora do projeto, o Cultura Viva é o programa mais inovador da cultura brasileira. "São cerca de 8 milhões de pessoas por todo o Brasil. São índios, quilombolas, movimentos de cultura digital ou integrados à educação, movimentos comunitários e tantos outros que querem potencializar sua atuação", afirmou Jandira Feghali.

A deputada lembrou que outros países da América Latina tomaram o Cultura Viva como referência e já o transformaram em lei. "Baseado nesse nosso programa, muitos países já criaram leis sobre o assunto. E, portanto, cabia a nós também aprovar uma lei para que o programa Cultura Viva deixe de ficar sujeito à influência dos governos", disse.

Acesso à cultura

Segundo o Ministério da Cultura, o programa surgiu para valorizar as iniciativas culturais de grupos e comunidades, ampliando o acesso deles aos meios de produção, circulação e fruição de bens e serviços culturais. O programa é executado pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural.

Esses grupos e comunidades atuam nos chamados Pontos de Cultura. De acordo com o substitutivo do Senado, esses pontos podem ser constituídos tanto por entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos quanto por grupos ou coletivos sem formalização de pessoa jurídica.

Já os Pontões de Cultura, além de atuarem na articulação entre os diferentes pontos de cultura, agrupados em nível estadual ou regional ou ainda por áreas temáticas, também poderão desenvolver atividades culturais em parcerias com as redes regionais. Eles podem receber recursos de até R\$ 500 mil por edital público.

De 2004 a 2012, foram fomentados 3.662 Pontos de Cultura em todo o País, dos quais 3.034 já foram conveniados.

CONT.



Prazo mínimo

Entre as novidades incluídas pelo Senado no texto está um período mínimo de 12 meses para a vigência de projetos aprovados pelo ministério para os pontos e pontões de cultura. O prazo máximo estipulado pela Câmara, de três anos, continua.

Quanto aos beneficiários da Política Nacional de Cultura Viva, o texto dos senadores especifica que eles serão prioritariamente os povos, grupos, comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social e com reduzido acesso aos meios de produção e fruição cultural.

O tipo de benefício possível também é caracterizado para cada tipo de participante. Para os pontos e pontões de cultura, constituídos regulamente como entidade jurídica, poderá ocorrer transferência de recursos se eles fizerem parte do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura.

Já os grupos e coletivos culturais poderão receber premiação por iniciativas culturais ou fomento por meio de mecanismos previstos em regulamento.

Objetivos

Os objetivos gerais traçados pelo projeto para os pontos de cultura incluem o estímulo da exploração de espaços públicos e privados para ações culturais; a inclusão cultural da população idosa; o fortalecimento da autonomia social das comunidades; e a adoção de princípios de gestão compartilhada entre atores culturais não governamentais e o Estado.

No caso dos Pontões de Cultura, destacam-se a formação de redes de capacitação e de mobilização; o desenvolvimento de programação integrada entre Pontos de Cultura por região; e a atuação em regiões com poucos Pontos de Cultura para reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos grupos e instituições locais.

Recursos em conta

Para o fomento das ações culturais, a União, por meio do Ministério da Cultura e dos entes federados parceiros, poderá transferir diretamente a uma conta corrente específica recursos às entidades culturais integrantes do cadastro.

Para isso, deverá ser assinado o Termo de Compromisso Cultural, com a identificação e a delimitação das ações a serem financiadas, as metas, o cronograma de execução físico-financeira e a previsão de início e término.

A deputada Jandira Feghali ressaltou que a transformação do programa em lei vai desburocratizar a relação dos movimentos culturais com o Estado brasileiro. "É uma lei que desburocratiza a relação do Estado com esses movimentos. Eles não querem assistencialismo, eles querem potencializar sua atuação", sustentou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 113/2014

Brasília, 2 de julho de 2014.

A proposta recebeu parecer favorável da deputada Sandra Rosado (PSB-RN), relatora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania; da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), pela Comissão de Cultura; e do deputado André Figueiredo (PDT-CE), pela Comissão de Finanças e Tributação.

Os deputados aprovaram o projeto pela primeira vez em agosto de 2013. Na votação desta terça-feira, a Câmara aceitou as modificações feitas pelo Senado.

Fonte: Agência Câmara Federal



Plano Nacional da Presidência da República regulamentará acesso de agricultores a recursos genéticos conservados pela Embrapa
SÍTIO PORTAL DIA DE CAMPO, 02.07.2014

PLANAPO, lançado em 2013 pelo governo federal, visa à sistematização de procedimentos para o acesso de produtores às coleções mantidas pela Empresa em todo o Brasil

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), lançado em 2013 pelo governo federal, tem como uma de suas principais iniciativas regulamentar o acesso de agricultores organizados aos recursos genéticos conservados em mais de 100 bancos mantidos pela Embrapa em suas unidades de pesquisa distribuídas por quase todos os estados da Federação. Para a implementação do PLANAPO, criado para ampliar e efetivar ações que orientem o desenvolvimento rural sustentável, foi estabelecida, pela Secretaria Geral da Presidência da República, a Comissão Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica (CNAPO), que reúne representantes da sociedade civil e diferentes órgãos do governo, incluindo a Embrapa.

Na verdade, o acesso de agricultores, produtores e membros de comunidades tradicionais e indígenas aos recursos genéticos mantidos pela Empresa já tem acontecido, só que de forma não sistemática. O caso mais emblemático é o do povo indígena Krahô, Tocantins, que por diversas razões, principalmente pela introdução de variedades comerciais em suas aldeias, perderam sementes tradicionais de milho. Em 1994, representantes indígenas procuraram a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, em Brasília, onde é mantido o maior banco de conservação do Brasil e da América Latina, em busca de sementes.

Esse banco é uma espécie de backup de outros bancos genéticos do Brasil e do exterior e conserva mais de 120 mil amostras de sementes de importância socioeconômica em câmaras frias a 20°C abaixo de zero. Destas câmaras geladas saíram as sementes de milho, originalmente coletadas na década de 70 em aldeias Xavante, que foram multiplicadas e entregues aos agricultores Krahô, dando início a uma parceria que se mantém até hoje, mediada pela Fundação Nacional do Índio - Funai e que é, sem dúvida, um dos exemplos de maior êxito quando se fala em conservação participativa no Brasil, pois envolve a integração de estratégias de conservação local (in situ) e a coleta e conservação das sementes em bancos genéticos (ex situ).

Outras iniciativas de acesso a recursos genéticos

Ações como essa vêm sendo realizadas com outros povos indígenas e comunidades tradicionais em diferentes estados da federação. Em 2004, agricultores indígenas Xavante (MT), acompanhados de técnicos da Funai, procuraram a Embrapa Recursos Genéticos e

CONT.



Biotecnologia também em busca de variedades tradicionais de milho, que já não possuíam mais, pelos mesmos motivos dos Krahô. As sementes foram, então, multiplicadas no Banco de Germoplasma de Milho da Embrapa Milho e Sorgo (Sete Lagoas, MG) e encaminhadas a diversas aldeias Xavante, por intermédio da Funai.

Para a pesquisadora da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, Terezinha Dias, "essa iniciativa fechou um ciclo de coleta e posterior reintrodução de variedades tradicionais nas mesmas localidades após 30 anos, o que comprova a importância da conservação nos bancos de germoplasma". A pesquisadora da Embrapa Milho e Sorgo, Flávia Teixeira, complementa lembrando que a ação levou à multiplicação de variedades tradicionais de milho para atendimento de demandas de outros povos indígenas.

Em 2005, foi a vez de uma comunidade de pequenos agricultores de Alto Paraíso, GO, procurar a Embrapa para reaver sementes tradicionais de uma variedade de trigo, denominada Veadeiro, altamente adaptada àquela região, mas que havia desaparecido em função da introdução de outras variedades mais produtivas. As sementes, conservadas no Banco Genético da Embrapa, foram multiplicadas, e entregues, aos produtores.

Nos anos de 2011 e 2012, produtores rurais dos povos indígenas Canela (MA) e Xavante (MT) solicitaram e receberam acessos de fava armazenados na Embrapa.

Iniciativa vai sistematizar o acesso aos recursos genéticos

Esses são alguns exemplos de acesso de agricultores aos materiais genéticos conservados pela Embrapa. "Essa atividade já vem sendo feita há muitos anos, mas de forma pontual e por demandas", explica a pesquisadora da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, Marília Burle. O que o PLANAPO pretende é que se normatizem procedimentos para o atendimento dessas demandas, de acordo com as necessidades dos agricultores, e para isso, é necessário que eles estejam organizados em associações, cooperativas, ou outros órgãos de representação.

Por outro lado, é fundamental considerar a atual infraestrutura dos bancos genéticos da Embrapa e as necessidades prementes de cada um deles. "É preciso adequar a estrutura e implementar ações fundamentais à conservação para que essa demanda seja atendida com qualidade", ressalta Burle.

Os recursos genéticos mantidos hoje pela Embrapa são oriundos de ações de coleta, intercâmbio, caracterização, multiplicação e conservação de material genético de culturas agrícolas de importância socioeconômica desenvolvidas pela Empresa desde a sua criação, há mais de quatro décadas. "São coleções voltadas à pesquisa agropecuária, especialmente ao melhoramento genético, e por isso, atualmente não estão preparadas para atender à sociedade prontamente", explica Terezinha Dias.

Ela coordena a atividade em parceria com o povo Krahô desde o ano 2000 e entende que atender às demandas da sociedade é prioridade da Embrapa. "Mas é preciso que estejamos preparados para que o acesso dos produtores possa ser feito de forma organizada e eficiente", afirma.

CONT.



A pesquisadora Patrícia Bustamante explica que muitos recursos genéticos hoje conservados nos bancos da Embrapa foram coletados em regiões cuja diversidade genética foi manejada por agricultores e que hoje estão descaracterizadas pelo avanço da monocultura. Segundo ela "o resgate de recursos genéticos e a sua incorporação aos sistemas agrícolas pode representar ampliação da resiliência, o que é fundamental no cenário de mudanças climáticas e culturais".

Acesso e envio: mão-dupla para o bom rendimento das ações

Para a pesquisadora Vânia Azevedo, é muito importante também que as comunidades enviem materiais genéticos para a Empresa. "Esse programa tem que ser uma via de mão-dupla, garantindo a conservação de mais acessos crioulos nos bancos. Assim, os dois lados – agricultores e Embrapa – são beneficiados", comenta.

Segundo Nilton Fábio A. Lopes, integrante da CNAPO e representante do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais, a regulamentação de acesso aos recursos genéticos conservados na Embrapa, que deve acontecer ainda este ano, será usada como modelo para outras instituições públicas no Brasil, já que se trata de uma iniciativa do governo federal a ser implementada em todo o País. "A regulamentação do acesso aos recursos genéticos conservados nos bancos públicos é estratégica para a ampliação da segurança alimentar e conservação da agrobiodiversidade", ressalta Lopes.

Portal de acesso público facilita o acesso

As discussões entre a Embrapa e os membros da CNAPO-PLANAPO começaram em maio deste ano, com uma visita às novas instalações do Banco Genético da Embrapa, inaugurado em abril de 2014. Um dos pontos acordados durante o encontro foi a utilização do Alelo - Sistema de Informação em Recursos Genéticos - como instrumento virtual para facilitar o acesso dos agricultores ao material genético conservado pela Embrapa. O Alelo foi lançado no final de 2013 com o objetivo de documentar e disponibilizar informações relacionadas a recursos genéticos de plantas, animais e microrganismos

Outras questões foram levantadas, como a necessidade de criação de um fundo financeiro e de instrumentos jurídicos específicos para esse fim. Segundo a pesquisadora Vânia Azevedo, "todas as ações têm que ser planejadas em conjunto entre os membros da CNAPO e os curadores de bancos genéticos da Embrapa". Para isso, foi criada uma comissão de diálogo permanente.

"A meta é que daqui a aproximadamente seis meses, alguns bancos da Embrapa já estejam preparados para atender ao PLANAPO de forma sistemática", finaliza Azevedo.

Indígenas de MS levam dança e música para a Copa do Mundo

SÍTIO O PROGRESSO, 02.07.2014

Grupo de Dourados vai integrar a primeira orquestra indígena do Brasil, que também é de MS, e promete verdadeiro espetáculo em cinco apresentações de encerramento da Copa do Mundo em pontos culturais do Rio de Janeiro



Indígenas confeccionam a roupa que será usada durante as apresentações culturais no Rio de Janeiro. (Foto: Hédio Fazan)

De Dourados para o mundo. Indígenas das aldeias Jaguapiru e Bororó levam Mato Grosso do Sul para a Copa do Mundo através da dança. O Grupo Guaté, formado por jovens guaranis e terenas da Reserva de Dourados, vai se apresentar no encerramento da Copa nos maiores pontos culturais do Rio de Janeiro, numa iniciativa do Ministério da Cultura. Eles vão integrar a Teko Arandu, primeira orquestra indígena do Brasil, cujos integrantes são da cidade Anastácio.

Em Dourados os integrantes do Grupo Guaté estão com boas expectativas. A guarani-kaiowá Dalila Duarte da Silva é a coreógrafa do grupo. Aprendeu desde cedo a dançar com os pais e hoje repassa os conhecimentos aos integrantes da Guaté. Ela diz que para montar a coreografia se inspirou no grito que estava há anos entalado na garganta. "Nós queremos mostrar ao mundo que a nossa tradição continua viva e fazer com que todos da nova geração tenham orgulho dela. Queremos a valorização da nossa cultura", destaca.

Ao som de "Ore Rojeroky", que quer dizer "Nós Dançamos", o grupo preparou uma coreografia que mistura passos de celebração festiva e de reza. "Vamos entrar no ritmo da Copa do Mundo, apresentando nossa cultura aos turistas e ao mesmo tempo enfatizar nossa esperança e fé para um mundo mais justo para os povos indígenas", explica.

Das cores branca, preta e vermelha eles destacam a tradição guarani nas vestimentas. Tudo é feito pelo próprio grupo nas instalações da Vila Olímpica Indígena.

CONT.



Grupo

O convite para a Guaté participar das apresentações surgiu da Orquestra Teko Arandu, que é um projeto do Instituto Ressoarte. O indígena terena José Carlos Pacheco é o responsável pela integração dos grupos. Ele conta que o Instituto participou de edital do Ministério da Cultura para apresentações no período da Copa. O grupo foi um dos 144 projetos selecionados no Brasil, o único do Estado. Ao todo, segundo ele, foram mais de 1,6 mil concorrentes na categoria "Manifestações Culturais".

O Grupo Guaté conta com 10 integrantes e a orquestra com 30. O repertório de músicas apresentadas é variado e leva a música brasileira como tema principal. "Vamos fazer apresentações desde músicas tradicionais indígenas a Aquarela do Brasil. Queremos mostrar que as culturas estão integradas e que o brasileiro é um povo só", destaca.

José diz que para os indígenas é um momento ímpar. "Vamos levar o nosso Estado para o mundo e isso é muito gratificante. Queremos mostrar a importância do nosso Estado para o resto do Brasil e para que o mundo conheça nossas tradições", destaca.

O grupo fará cinco apresentações nos maiores pontos culturais do Rio de Janeiro.

Artesanato

O Grupo Guaté é conhecido pelo artesanato em Dourados. Do talo do capim de brachiaria eles levam esperança para homens e mulheres indígenas de Dourados. O produto vira a principal matéria-prima para a produção de peças e acessórios. Alguns poderão ser comercializados para turistas. O capim utilizado apenas na arte da cultura indígena de Dourados é a aposta para evidenciar o trabalho da Reserva Brasil a fora.



Justiça Federal de Imperatriz homologa acordo entre MPF, o Estado do Maranhão e a Suzano e garante a preservação dos interesses das populações tradicionais do Sudoeste maranhense

SÍTIO O PROGRESSO NET, 02.07.2014

Em janeiro de 2013, o Ministério Público Federal interpôs uma ação civil pública visando à decretação da nulidade de todas as licenças ambientais concedidas pelo Estado do Maranhão (Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Naturais) à empresa Suzano Papel e Celulose S/A, para implantação de um projeto florestal no Polo de Porto Franco/MA, destinado a suprir a demanda da indústria de celulose.

De acordo o MPF, o projeto florestal desenvolvido pela empresa afetaria populações tradicionais, formadas por sertanejos, povos indígenas (Timbiras e Guajajaras), afrodescendentes, quilombolas e quebradeiras de coco babaçu. O MPF afirmou que o Estado do Maranhão, durante a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental para a concessão das licenças, teria deixado de consultar as populações afetadas, de modo que seus direitos não foram devidamente resguardados e o impacto socioambiental não foi corretamente dimensionado.

Em abril de 2013, o Juízo da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Imperatriz, atendendo ao pedido formulado pelo MPF, determinou, liminarmente, que a Suzano Papel e Celulose S/A e que o Estado do Maranhão realizassem audiências públicas nas sedes dos municípios de Grajaú/MA e Riachão/MA e que procedessem às oitivas dos povos encontrados nos limites das Terras Indígenas Krikati, Governador, Araribóia, Morro Branco, Urucu/Juru e Bacurizinho. A decisão liminar foi parcialmente cumprida, exceto no que concerne à oitiva das quebradeiras de coco.

Em audiência realizada em novembro de 2013, a Juíza Federal Diana Maria Wanderlei da Silva ressaltou a importância de as partes firmarem um acordo frente ao impasse, bem como traçou diretrizes a serem seguidas para que eventual transação fosse homologada. Os parâmetros estabelecidos pela Magistrada para a homologação do acordo foram os seguintes: a) cumprimento integral da decisão liminar, com a realização da oitiva das quebradeiras de coco, até abril de 2014; b) formulação de um plano de ação, por parte da Suzano Papel e Celulose S/A, com a participação do MPF e das populações envolvidas, para mitigação ou anulação dos riscos e impactos socioambientais decorrentes da implantação do projeto florestal; c) inclusão das medidas constantes do Plano de Ações como condicionantes para a manutenção das licenças ambientais concedidas pelo Estado do Maranhão.

As partes, de comum acordo, ajustaram um plano de ações que devem ser executadas pela Suzano Papel e Celulose S/A, até 2020, visando ao desenvolvimento social e econômico dos povos e comunidades tradicionais do entorno de seu empreendimento, com o investimento de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 113/2014

Brasília, 2 de julho de 2014.

R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a consecução de tais finalidades. O Estado do Maranhão, por sua vez, obrigou-se a inserir as medidas constantes no plano de ações como condicionantes das licenças ambientais já expedidas.

Para garantir a efetividade das medidas acordadas, a Justiça Federal determinou que a empresa envie relatórios semestrais ao MPF, informando as ações que já foram implementadas e o cronograma de atividades para o semestre posterior, sob pena de multa mensal de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), sem prejuízo das sanções penais cabíveis. Determinou, ainda, que o Estado do Maranhão forneça a este Juízo, no prazo de 90 (noventa) dias, cópia das licenças ambientais com as condicionantes previstas no plano de ações, sob pena de responsabilidade administrativa e penal em caso de descumprimento.

Em razão disto, a Juíza Federal homologou o acordo celebrado entre as partes e deu fim ao litígio. O papel desempenhado pela Justiça Federal foi fundamental para a solução amigável do conflito, resguardando-se, de um lado, os interesses das populações tradicionais e, de outro, o desenvolvimento socioeconômico da região.

Sentença homologatória prolatada no Processo nº 203-92.2013.4.01.3701, em 30/06/2014.

(Assessoria)

Indígenas de Torres recebem doações de roupas e cobertores

SÍTIO LITORAL EM MOVIMENTO, 02.07.2014

Foram doadas 700 peças de roupas



A Casa Militar Subchefia Estadual de Defesa Civil, através da Divisão de Relações Comunitárias de Porto Alegre doou roupas, cobertores e calçados para que a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos fizesse a entrega aos Índios da Aldeia Guarani, que fica na comunidade do Campo Bonito, em Torres.

A secretária de Assistência Social e Direitos Humanos, Gisliane do Nascimento, fez a entrega dos itens ao Cacique Mário.

Foram doadas 700 peças de roupas, 30 cobertores e 40 pares de calçados. Os produtos serão distribuídos entre aproximadamente 80 crianças e 76 adultos, que fazem parte da Aldeia Guarani.



Projeto sobre mineração em área indígena se arrasta há quase duas décadas
SÍTIO O GLOBO, 02.07.2014

Levantamento aponta 4.220 manifestações de interesse de exploração em terras da Amazônia Brasileira

Há 18 anos um projeto de lei para regulamentar a exploração mineral em terras indígenas tramita no Congresso Nacional, aguardando aprovação. Atualmente, segundo levantamento feito pelo Instituto Socioambiental (ISA), há 4.220 manifestações de interesse em atividades de mineração em 152 terras indígenas da Amazônia Brasileira. Todas elas esperam uma definição do Congresso, e a terra dos ianomâmis é que mais cobiça gera. Série de reportagens publicada pelo GLOBO nos últimos dias mostrou como esse grupo indígena vive e como sofre pressão de garimpeiros interessados em explorar minerais em suas reservas. O debate ganha fôlego.

Segundo o terceiro parágrafo do artigo 231 da Constituição Federal de 1988, a atividade mineral — assim como a extração de recursos hídricos e o aproveitamento hidrelétrico — só pode ser feita em área indígena mediante a aprovação pelo Congresso em forma de lei e desde que sejam “ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra”.

Nos últimos anos, o governo federal chegou a debater um projeto para normatizar essas atividades econômicas em áreas indígenas, inclusive criando uma espécie de royalty que seria pago aos índios, na proporção de uma parcela do faturamento da atividade.

Mas o debate perdeu força depois da primeira tentativa da Advocacia Geral da União (AGU) de estender as condições impostas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) à área de Raposa-Serra do Sol a todas as comunidades indígenas do país. A tentativa provocou forte oposição de indigenistas e levou a ideia do royalty indígena à geladeira.

Hoje, o ISA defende que a exploração da atividade mineradora em terras indígenas seja debatida no Congresso, no âmbito do Estatuto dos Povos Indígenas — projeto de lei 2.057 de 1991 —, mas não naquele específico sobre mineração que é debatido desde 2006, o projeto de lei 1.610. Esse texto, porém, repousa há ainda mais tempo no Congresso sem que se aproxime de sua aprovação.

— O PL 1.610 só trata de exploração mineral em terras indígenas e não de exploração de recursos hídricos, que precisa também ser regulado conforme a Constituição. Só o Estatuto dos Povos Indígenas poderia garantir os direitos indígenas e ambientais dessas atividades — explica Ana Paula Souto Maior, advogada do instituto.

CONT.



Em 2011, numa tentativa de aprovar o projeto específico sobre o tema, a Câmara criou uma comissão especial para debater o assunto, assim como ocorrera na Legislatura anterior, entre 2007 e 2010. Mas, agora, assim como ocorreu antes, a comissão especial em vigor corre o risco de caducar ao fim deste ano, com a troca de mais uma Legislatura, após as eleições.

Segundo assessores do deputado Edio Lopes (PMDB-RR), relator da comissão especial que debate a atividade mineral em terras indígenas, o parlamentar ainda está trabalhando para apresentar seu relatório neste ano e quer levar o texto a plenário.

Enquanto não existe uma lei que regule a atividade mineral em área indígena, garimpos ilegais continuam em atuação em terras demarcadas no país. Em agosto de 2013, por exemplo, uma ação da Fundação Nacional do Índio (Funai) em parceria com o Exército retirou garimpeiros ilegais da terra ianomâmi em Roraima, expulsando invasores e destruindo uma pista ilegal para pouso e decolagem de aviões.

IANOMÂMIS NA MIRA

Segundo levantamento do ISA junto a requerimentos registrados no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) até março de 2013, a área ianomâmi era a que tinha mais requerimentos de atividade minerária em aberto, com 657 processos, correspondentes a mais da metade da área total da reserva.

Ainda de acordo com o ISA, das 693 terras indígenas do país, 32 possuem requerimentos de mineração que ocupariam mais de 90% de sua áreas, e 18 áreas menores do que 15 mil hectares têm pedidos que equivalem à totalidade da área demarcada. As principais substâncias procuradas em áreas indígenas são, em ordem decrescente, ouro, cobre, cassiterita, chumbo e estanho.

Defensoria Pública vai regularizar casamento indígena

SÍTIO RONDA DO MS, 06.07.2014



O defensor público da Comarca de Amambai, Dr. Marcelo Marinho. Ação visa tirar da clandestinidade centenas de casais indígenas que, apesar de manterem uma união estável, não tem a Certidão de Casamento

Pioneira em desenvolver ações que facilitam, principalmente a população mais carente, a ter acesso à Justiça e conseqüentemente a seus direitos, como a "Defensoria Itinerante", desenvolvida em Amambai e a "Defensoria Virtual", em Coronel Sapucaia, que já beneficiaram centenas de famílias nos dois municípios, a Defensoria Pública da comarca de Amambai voltou a inovar.

No dia 4 de julho, sexta-feira da próxima semana, por meio de uma parceria com a Câmara Municipal de Amambai, a Defensoria Pública da comarca dará início a uma nova ação que beneficiará dezenas de casais indígenas que hoje vivem na clandestinidade perante a legislação brasileira.

Segundo o autor da iniciativa, o defensor público, Dr. Marcelo Marinho da Silva, que também criou e implantou os outros dois projetos no âmbito da comarca de Amambai, que também abrange o município de Coronel Sapucaia, na fronteira com o Paraguai, atualmente centenas de casais guarani-kaiowá residentes nas aldeias de Amambai convivem juntos há vários anos, mas com apenas documentação de casados emitidos pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), que não tem validade perante a legislação em vigor no País.

Isso os impedem, segundo a Defensoria, de serem reconhecidos juridicamente como casados e conseqüentemente acaba os prejudicando em várias situações, inclusive na hora de requerer documentos, o registro dos filhos e benefícios governamentais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 113/2014

Brasília, 2 de julho de 2014.

“Nosso objetivo com esse projeto é possibilitar que esses casais possam, por meio da Justiça, regularizar seus relacionamentos retirando a Certidão de Casamento”, disse Dr. Marcelo Marinho.

Segundo o defensor público, na primeira ação itinerante voltara para a regularização da situação dos casais indígenas, que acontecerá no período da manhã do dia 4 de julho, no Plenário Lourino de Jesus Albuquerque, na Câmara de Amambai, serão atendidos 50 casais.

De acordo com Dr. Marcelo Marinho, o trabalho consiste em juntar provas e relacionar testemunhas que atestem que o casal de fato mantém uma união estável, para posteriormente ingressar, via judicial, com o pedido da expedição da Certidão de Casamento por parte do Cartório de Registro.

Fonte: A Gazeta News



OAB defende respeito à demarcação de terras indígenas no Brasil

SÍTIO OAB, 02.07.2014

O presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, expressou preocupação com a situação dos índios ianomâmis que estão tendo suas terras ameaçadas pela presença de garimpeiros e de atividade mineradora. "A defesa das terras indígenas é de suma importância para o Brasil", declarou Marcus Vinicius. "A OAB encampa todos os esforços para que essa população tenha seus direitos respeitados e assegurados."

De acordo com reportagem do jornal "O Globo", uma nova corrida do ouro está em andamento nas terras demarcadas do povo ianomâmi na Amazônia, uma área de 9,6 milhões de hectares. Recentemente, operações da Funai, do Exército e da Polícia Militar retiraram 1.500 garimpeiros, explodiram 22 pistas de pouso e afundaram 84 balsas com minérios retirados da área protegida. O premiado fotógrafo Sebastião Salgado retratou a situação dos índios, inclusive acompanhando rituais fúnebres do grupo.

O jornal também relata projetos que visam flexibilizar e até autorizar a exploração de recursos naturais em terras indígenas, que seria facilitada pela construção de usinas hidrelétricas e estradas na região. Segundo "O Globo", 54,8% da superfície ianomâmi está requisitada por mineradoras, de olho no artigo 176 da Constituição, que libera a exploração com legislação específica. Também está em andamento uma PEC que determina a revisão das demarcações.

Antigo defensor da causa, o presidente do Conselho Federal criou, em março de 2013, a Comissão Especial de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, um canal permanente de interlocução para a sistematização de uma pauta nacional voltada para as causas indígenas. Foi designada presidente da Comissão a advogada indígena Joênia Batista de Carvalho, da etnia wapichana.

À época, Marcus Vinicius afirmou que o objetivo da Comissão Especial é dar atenção especial às minorias, "já que proteger os direitos fundamentais da pessoa humana é uma das missões da OAB". "O homem branco não é proprietário das terras. Somos apenas passageiros. Não temos o direito de querer destruir terras importantes não só para o presente, mas para o futuro", acrescentou.

Para o diretor tesoureiro da OAB, Antonio Oneildo Ferreira, o país teve a capacidade de demarcar essas terras, mas precisa ter a responsabilidade de respeitá-las. "Essas incursões de não índios nas áreas representam a mesma ameaça de antigamente, assim como os projetos de mineração. Elas causam intenso impacto na forma de organização social dos povos indígenas. A OAB acompanha com uma especial preocupação esses atos e conclama o poder público e o Estado brasileiro a garantir o respeito a essas terras demarcadas e refletir sobre pertinência e o interesse ao permitir esses projetos de mineração", disse.